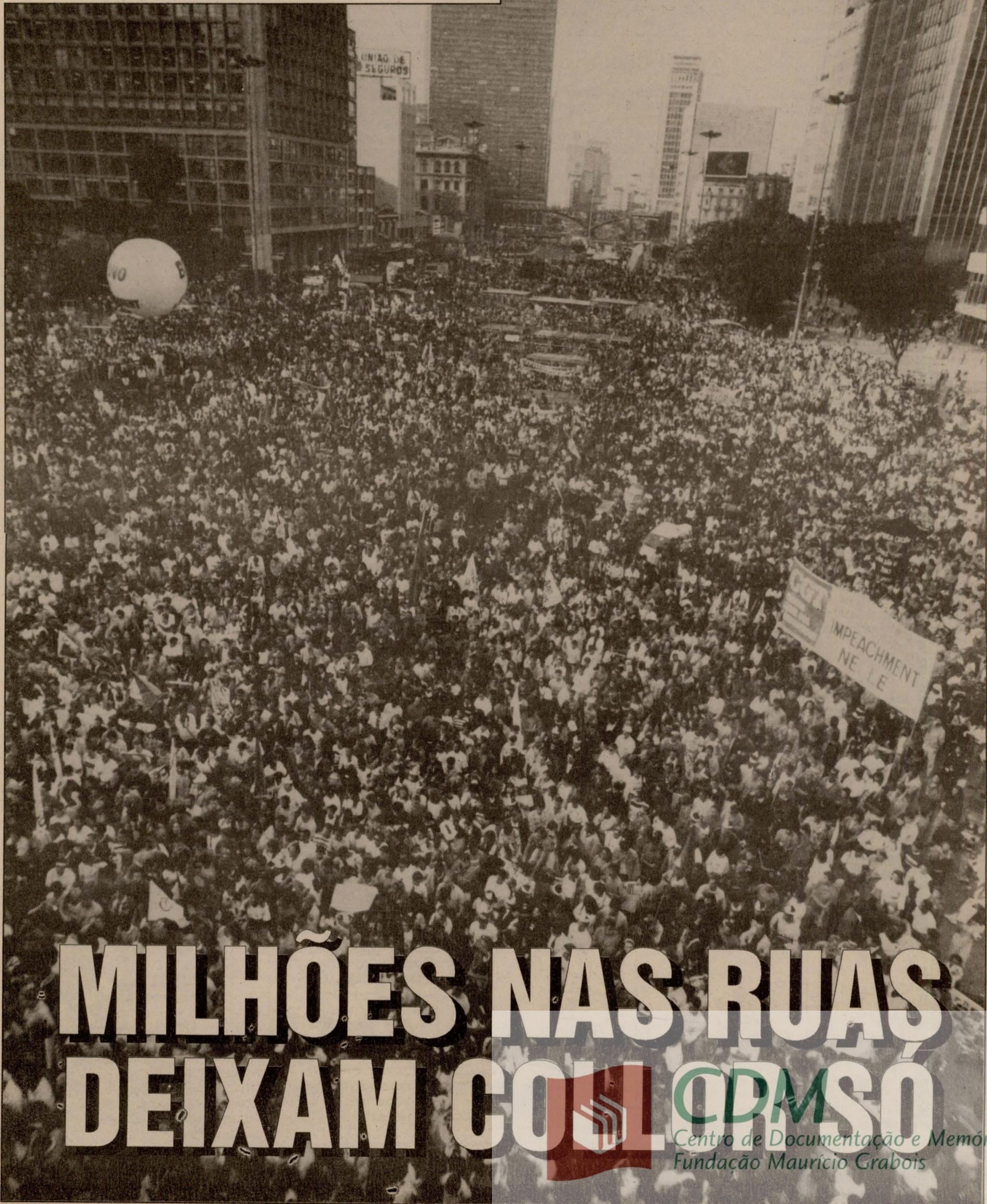


A Classe Operária



Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



ANTONIO GAUDERU/Folia Imagem

MILHÕES NAS RUAS DEIXAM COLU

OPMSO
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CARTAS

Greve de bóia-frias

A cidade de Porecatu, interior do Paraná, viveu três dias acompanhando a greve dos "bóia-frias" do município e região. A greve teve como objetivos principais, o aumento do valor pago pelo feixe de cana; o pronto atendimento dos cortadores de cana por uma ambulância, em caso de acidentes e o fim das retaliações aos bóia-frias da cidade de Primeiro de Maio, onde começou o movimento. Esta greve, deflagrada contra o Grupo Atalla, lembra tantas outras já ocorridas. A diferença é o fato de ter tido caráter mais combativo, não cedendo às pressões da direção da empresa que, em todo o tempo, se negou a negociar com o comando de greve.

O início do movimento se deu assim como "não se sabe direito", mas depois teve o apoio do Sindicato da Construção Civil, de Londrina e da CUT-Regional Norte. Ao que se sabe, o Sindicato (pelego) dos Trabalhadores Rurais de Porecatu "vendou" os olhos. Como faz há mais de vinte anos, seu presidente, Helmut Rossman, ao ser indagado por repórteres de vários órgãos de imprensa, sobre o posicionamento do sindicato em relação à greve, simplesmente retrucou: "Que greve?".

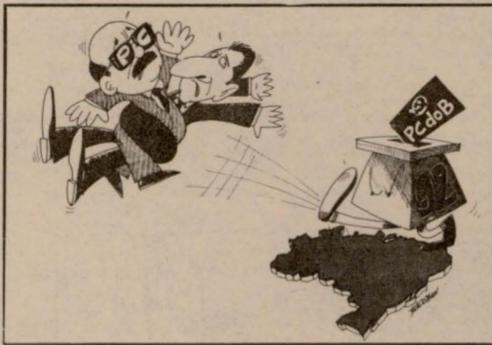
Quando o comando tentou negociar com a direção da empresa, a resposta foi imediata: "Saíam daqui. Vocês estão invadindo e vou chamar a polícia". Existem denúncias de que tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil, dariam cobertura à Usina, ao "patrimônio da Usina Central do Paraná", segundo o comandante da PM da região.

Até agora, as reivindicações ainda não foram atendidas, mas, como em outras greves, a manifestação foi abafada até mesmo pela imprensa estadual. O Grupo Atalla devia aos cofres públicos cerca de 700 mil dólares, em 1989. Existe um processo judicial "correndo".

Indo mais a fundo na história dessa cidade, sabe-se que em fins de 1949 a 1951, houve um levante armado de camponeses, puxado por agricultores e posseiros da região e, sustentado pelo PCdoB, contra grileiros e jagunços, que procuravam tomar suas terras para o desenvolvimento do plantio da cana-de-açúcar, o que beneficiaria a Usina Central do Paraná. Vários camponeses foram mortos e presos pelas forças policiais e jagunços.

Agora resta saber qual é o final de "mais um movimento deflagrado contra os latifundiários do país". E esperar prá ver.

Aurasil de Lima Rodini Netto
PCdoB - Núcleo de Porecatu - PR.



"Fora Collor"

Antes de tudo eu gostaria de parabenizar o trabalho do PCdoB pelo projeto do "Fora Collor" pois é mostrado e noticiado com verdades o que está acontecendo nesses últimos dias no governo do presidente fantoche.

É um trabalho levado a sério e que honra o nome do partido nesses anos de luta contra o imperialismo internacional, a política nacional e a corrupção do imperialismo americano, pois apesar da crise do socialismo, o PCdoB mostra-se forte e objetivo em suas atitudes e só com um trabalho de conscientização estamos iniciando um processo de mudança no futuro do país.

Ficamos todos nós muito descontentes com a política assassina do presidente Collor, porque em dois anos de governo ele mostrou sua verdadeira face. É inadmissível que um psicopata-esquizofrênico continue a levar os rumos desta nação por mais de dois anos. Temos que nos unir para pôr fim à gestão de Collor no poder e continuar trabalhando cada vez mais para destituir esse facínora, pois já está mais do que provado o seu envolvimento com o empresário Paulo César Farias, o PC, em falcatruas e corrupção.

É por esse motivo que conclamo a todos os militantes do partido para continuarmos trabalhando em função da saída de Collor.

Acompanhando as notícias pela imprensa, que também não é muito confiável, esperamos uma decisão final da CPI e ver qual será a punição aplicada ao presidente se é que vai ter alguma.

Não podemos esperar mais pois todos os comunistas têm um trabalho imenso pela frente. Vamos divulgar e mostrar claramente ao povo, o que se passa no ninho do governo e lutar pela queda do presidente Collor.

São por esses motivos já citados, que nós comunistas precisamos estar unidos e preparados para qualquer acontecimento daqui para frente pois já contamos com uma grande força que se chama Partido Comunista do Brasil.

Vamos à luta e fortalecer o slogan:

"FORA COLLOR".
O socialismo vive.

George André da Costa
Militante do PCdoB - RJ

Charge combativa

Há muito hesito em enviar-lhes uma charge. Pode parecer bobagem, mas é aquela coisa, toda a responsabilidade de enviar uma charge para "A Classe Operária". Sempre surgia dúvidas, será que tá bom? Será que vão gostar? Isso me levava a adiar.

Agora envio-lhes, acho que tá bom. Vocês decidem. Acho que esta charge pode ilustrar algo sobre a campanha dos comunistas para vereador (vide charge ao lado, publicada na capa da "Classe Operária" nº 84).

Aproveito para externar o meu apreço a esse imprescindível instrumento da nossa luta, o jornal dos operários e do povo que luta por uma vida nova, o jornal do socialismo: "A Classe Operária".

Saudações Comunistas

Brás Rubson
Belo Horizonte - MG

Ideal de mudança

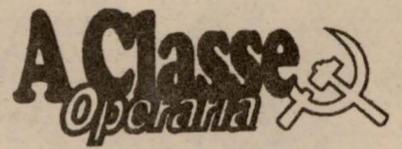
Sempre fui simpatizante dos movimentos populares e progressistas mas por falta de informação permaneci alienado como a maioria da população brasileira.

Hoje, vendo o quadro de degradação e degeneração do Estado brasileiro, recebendo como informação apenas os massificantes meios de comunicação burguesa, que temerosos pelo crescimento dos movimentos de esquerda fazem uma verdadeira lavagem cerebral em nosso povo, conduzindo as notícias e levando a população a acreditar que o socialismo real está morto e enterrado.

Com tudo isso fiquei desorientado no que acreditar quando recentemente chegou às minhas mãos um exemplar de "A Classe Operária" o qual me fez revitalizar o ideal de mudança urgente de toda organização da sociedade brasileira.

Não podemos deixar morrer o movimento revolucionário porque assim como os capitalistas dizem que o "Povo" soviético matou o sistema comunista, eles esquecem de dizer que o sistema capitalista vai matar o povo brasileiro.

Fernando Antonio Mikilita
Curitiba - PR



Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermando Toni, Jefferson Barros
Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Gulomar Prates, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio e Equipe - **Diagramação:** José Luis Munuera Reyes

Composição e Arte Final 'Compuart' - Fone: (011) 36-0412 - Fotolito: Enfocke
Impressão: Gazeta da Lapa
Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Arquivo: Leandro Shillipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes
Publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-9786

Sedes Regionais do PCdoB
ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Lulz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Junqueira Ayres, 41 - Barris - (071) 321-6420/321-6622 - CEARA - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Alameda Botafogo, 427 - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (087) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Voluntários da Pátria, 92 - Conj. 212 - 3º andar - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godijn, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDONIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8864 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



Uma revista com princípios

PRINCÍPIOS

O PROGRAMA DE REORGANIZAÇÃO DOS BOLCHEVIQUES

O Collorgate e a reforma partidária

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Bortolotto

Fique por dentro da crise do socialismo e da grande crise do capitalismo.

Nome: _____
Endereço: _____
Assinatura trimestral Cr\$ 20.000,00

Assinatura semestral Cr\$ 40.000,00

Assinatura anual Cr\$ 80.000,00

Opinião

Não ao acordo da Câmara Setorial

EDMUNDO COSTA VIEIRA

Presidente do Sind. dos Metalúrgicos de Betim-MG

Os metalúrgicos de Betim e Igarapé participaram desde março da Campanha Setorial Automotivo.

Embora sem nutrir ilusões descabidas quanto ao alcance da Câmara Setorial, acreditávamos que surgia uma oportunidade concreta de minorar os efeitos da política recessiva do governo federal.

Durante mais de cinco meses pudemos, juntamente com os companheiros de outros sindicatos, ajudar a vencer naturais divergências dentro da Câmara Setorial e constatamos que se avançou, mesmo que timidamente, em direção aos objetivos fixados pelo seminário de Brasília, em março.

Entretanto, a sustentação de tal projeto está na credibilidade entre os participantes e na transparência de posições.

Infelizmente, esses princípios mínimos foram quebrados pela postura intransigente e mesquinha da FIAT automóveis de se negar a repassar mensalmente os índices da inflação para recomposição dos salários de seus trabalhadores.

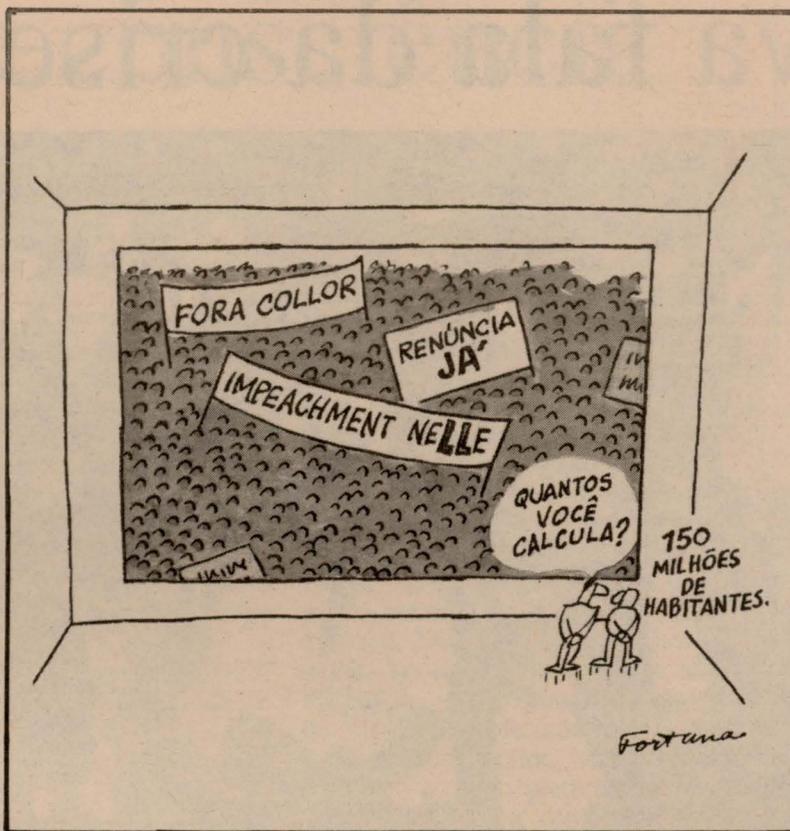
Ora, todas as montadoras e demais empresas se beneficiaram da redução dos impostos e reajustam mensalmente os preços de seus veículos, inclusive acima da inflação. Por que, nestas condições, a questão de manutenção do nível de emprego e do reajuste mensal dos salários ainda não deveria ser objeto de negociação na Câmara Setorial? Isso deveria ser a contrapartida para viabilizar a participação dos trabalhadores.

Quando a FIAT Automóveis se nega a compartilhar esse mínimo com os trabalhadores, rompe na base com o acordo com a Câmara Setorial. A alegação da FIAT de que o reajuste mensal dos salários se justificaria só para São Paulo, em virtude do acordo da data-base, é inteiramente descabida, pois o Acordo Setorial é de caráter nacional.

Diante da traição da FIAT, os metalúrgicos de Betim e Igarapé decidiram retirar seu aval à Câmara Setorial.

A atitude da FIAT de não querer compartilhar benefícios mínimos recebeu o respaldo da associação de classe, a ANFAVEA, através das declarações de seu presidente, Luiz Adelar Schever, que na sua visão míope não prejudica o Acordo da Câmara Setorial. Efetivamente não é a saída dos metalúrgicos de Betim e Igarapé que abala o Acordo e sim essa postura estreita de grandes empresários que são incapazes de enxergar um palmo adiante de seus próprios lucros. Os trabalhadores de Betim e Igarapé não transformarão isto em um muro de lamentações. Continuarão a se organizar e se instruir mais para lutar por outras formas para fazerem valer seus direitos.

As montadoras se beneficiaram da redução dos impostos e reajustam mensalmente os preços



Novos rumos, novas caras

A nação inteira acompanhou a votação do relatório da CPI. O resultado favorável, garantido por 2/3 dos integrantes da comissão veio ao encontro da crescente indignação do povo. Foi um passo importante no processo de derrocada do governo Collor.

A emoção que dominou os parlamentares opositores que votaram a favor do relatório da CPI foi a mesma que invadiu o coração dos brasileiros ao participar das passeatas e comícios gigantescos, numa verdadeira cruzada pelo "Fora Collor". Transbordava pouco a pouco a indignação acumulada nesses dois anos e meio de traficância política, de desrespeito às normas da administração dos negócios públicos.

Dos atos pequenos em recintos fechados, das pequenas manifestações de rua, chegou-se às grandes passeatas estudantis e comícios de milhares nas principais cidades do país. É a manifestação de São Bernardo com a participação de operários do ABC paulista foi mais um ingrediente decisivo que faltava à grande avalanche da indignação nacional.

Essa onda humana repercutiu entre os congressistas e foi causadora do esfacelamento da base parlamentar do governo, abrindo caminho para a aprovação do impeachment. Como um efeito dominó, muitos pularam fora

da nau dos insensatos, à deriva do desgoverno de seu timoneiro. Embora acuado e diante da ineficácia da política do "é dando que se recebe", Collor resiste e tenta posar de indiferente aos apelos da nação. Por isso é fundamental a permanência do povo nas ruas enquanto não se tornar realidade o clamor do "Fora Collor".

À medida que aumenta o isolamento político de Collor e seu fim fica mais próximo, as diversas forças começam a discutir a transição. Os governistas tentam manter os dedos, postulando que a governabilidade depende da manutenção da política e dos ministros de Collor. Outros tentam uma solução de compromisso.

Mas a multidão que tem ido às ruas não foi apenas por diletantismo ou visando somente sanear a nação do mar de corrupção. Foi para exigir um basta à política de recessão, desemprego, das privatizações, da fome e da miséria que tem atormentado a existência do povo nos anos colloridos. Vai se convencendo de que é preciso reverter esse rumo neoliberal, fator agravante da crise que assola o país, junto com seus fiéis porta-vozes, como Marcílio, Borja, Bonhauzen etc. É hora encontrar novos rumos, tendo à frente novos homens, descomprometidos com a velha política neoliberal.

Juventude pode radicalizar

ROVILSON R. BRITTO

Comissão Nacional de Juventude do PCdoB

É indiscutível o papel que as manifestações estudantis vem jogando no processo de afastamento de Collor da presidência. Quando o ceticismo havia se generalizado e a crise estava exposta, foram os estudantes, com a primeira passeata de São Paulo, que romperam com o imobilismo e abriram espaço para as amplas.

O que para muitos setores foi surpreendente, para nós comunistas, foi resultado de muito esforço e investimento político. Enquanto muitos divulgadores da crise afirmavam a morte das entidades estudantis, fomos nós que buscamos aglutinar os setores mais vivos do movimento estudantil e preparamos na luta esse novo ascenso. Foi enfrentando os problemas, buscando uma nova mentalidade e garantindo o caráter unitário e apartidário das entidades que reafirmamos sua representatividade e seu papel.

É claro que as manifestações têm sido espaço para a alegria da juventude e a crise moral desse governo é elemento importante, porém, a explosão juvenil tem variados aspectos que devem ser levados em conta.

O primeiro é que tem sido a juventude a vítima mais direta da crise prolongada de nosso país e, por isso, tem visto suas perspectivas serem destruídas uma a uma pelas elites. Mesmo a perspectiva individual, tão pregada pelo neoliberalismo, comprovou-se como mera ilusão para a esmagadora maioria dos jovens.

O segundo é que o ceticismo que pairava anteriormente era não uma forma de indiferença, mas principalmente, uma demonstração de descrédito nas instituições e na política oficial. Foi compreendendo esses múltiplos aspectos e, através de muito esforço, que a UNE e a UBES conseguiram retomar o centro da cena política e pôr em movimento multidões de jovens irreverentes e contestadores.

Logicamente que essa onda que se iniciou pode galgar objetivos maiores e cumprir papel, às vezes ainda inimaginável para alguns.

Isso depende, em grande medida, de darmos mais conteúdo a esse movimento. Hoje, isso quer dizer, além de criticarmos de forma contundente o projeto neoliberal, já começarmos a propagandear propostas que possam ocupar espaços no governo que deve surgir com a queda de Collor.

Ao lado disso, se faz urgente ampliarmos a organização do movimento, através das entidades estudantis e, mais diretamente, através da UJS e do PCdoB. Depende dos comunistas e dos setores mais combativos do movimento estudantil fazer com que não seja fugaz essa retomada. Que a juventude se organize com as massas e com a participação política.

Enfrentando os problemas e buscando uma nova mentalidade reafirmamos o papel das entidades

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Socialismo

Andreyeva fala da crise soviética

Nina Andreyeva, Secretária Geral do Partido Comunista dos Bolcheviques da URSS chegou ao Brasil dia 24 de agosto para participar do ciclo de debates "A crise da URSS e as perspectivas do Socialismo", a convite do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista. Estará em São Paulo nos dias 27 deste mês e 1 e 2 de setembro. Em entrevista concedida à Classe Operária, Nina Andreyeva falou da situação atual na URSS e a perspectiva de luta do seu povo. Nina Andreyeva fez questão de agradecer o convite para vir ao Brasil e manter contatos com representantes das forças progressistas brasileiras. Em seguida falou sobre a crise que atinge o Movimento Comunista Internacional. Segundo ela, essa crise está relacionada com a crise temporária do socialismo na URSS, nos países do Leste europeu, com a liquidação do PCUS e o término da URSS.

Esses acontecimentos causaram um impacto extremamente negativo para o Movimento Comunista Internacional, como para toda a humanidade progressista. Aguçaram as contradições a nível internacional e preparam terreno para uma terceira guerra mundial. Mas esta também é uma época da cruzada pela passagem do capitalismo ao socialismo. Na atualidade, afirma Nina o imperialismo e a reação tentam barrar esse processo objetivo da história. Mas não conseguirão fazer a história retroceder. Hoje, o grande desafio para os comunistas e as forças progressistas é barrar o processo de restauração do capitalismo na URSS e nos países do Leste europeu.

Segundo Nina Andreyeva, o desenrolar da situação mundial se vincula ao desenvolvimento dos fatos na URSS, por isso é uma questão que deve interessar aos progressistas de todo o mundo. Nesse sentido, considera que sua visita ao Brasil e os contatos que aqui manterá têm a ver com o estreitamento dos laços de solidariedade entre os comunistas do Brasil e da URSS. Essa aproximação também vem se dando entre os comunistas e progressistas de outros continentes. Sem isso será impossível fortalecer a unidade entre todas as forças progressistas do mundo. Hoje, é a tarefa mais importante das forças progressistas que tem a ver com o futuro da humanidade. Nina Andreyeva alerta para o perigo do oportunismo que surgiu no PCUS e em uma série de partidos comunistas em vários países.

Ela partilha da opinião da necessidade da aglutinação de todos os partidos comunistas do mundo. Passo importante nesse sentido foi a reunião de partidos em Pyongyang, onde foi assinada uma declaração conjunta em defesa do socialismo com o apoio de mais de 70 organizações.



Representantes do PCdB, do MR-8 e do PC recebem Nina Andreyeva

Efeitos da restauração do capitalismo

Falando sobre a atual situação na URSS, Nina Andreyeva, afirmou que o governo de Ieltsing encontra-se em grande dificuldade. Sua política é uma política de genocídio, antipopular. Política que levou à liquidação de direitos na URSS e à aceleração da restauração do capitalismo. A questão nacional é tratada superficialmente. Eles são responsáveis por todos os incidentes que vêm ocorrendo na URSS, pelo sangue que está sendo derramado na Moldávia, na Geórgia, nas repúblicas da Ásia Central. Se o processo de restauração do capitalismo não for barrado, é provável que a guerra se espalhe por todo o território da União Soviética. Existem grupos reacionários armados que defendem os interesses da burguesia criminosa. Seu aventureirismo aprofunda a crise na sociedade e vem transformando a União Soviética numa colônia dos países ocidentais. Por outro lado, observa-se uma piora crescente das condições de vida dos trabalhadores. Segundo dados da própria imprensa anticomunista, 80% da população vive em estado de extrema miséria. O desemprego em massa tornou-se uma realidade.

Até setembro espera-se que 50% dos trabalhadores das grandes empresas sejam demitidos. Em consequência, a criminalidade vem atingindo índices alarmantes no país. Outra consequência é o grande número de suicídios, sobretudo entre a população de meia-idade.

Crece a organização dos trabalhadores

Em resposta a essa situação aumenta a organização dos trabalhadores, que realizam greves, podendo chegar à realização de uma greve geral. O Partido dos Bolcheviques considera que este pode ser um recurso capaz de barrar um processo de guerra civil que possa vir a eclodir. E a juventude, que se encontrava despolitizada, sobretudo no período de Gorbachev, agora começa a se politizar. Recentemente, por exemplo, foi realizado o Congresso da jovem guarda dos bolcheviques visando sua organização. Uma parte considerável da população ainda mantém a crença de que a direção do país sempre resolverá os problemas. E essa crença vem sendo explorada pelos dirigentes que fazem promessas que não serão cumpridas. Ieltsing chegou a declarar que se faltassem produtos à população, ele iria se deitar sobre trilhos. Por isso, o

Partido dos Bolcheviques passou a usar a palavra de ordem - "Ieltsing nos trilhos". Sabemos, afirma Nina, que o índice de inflação no ocidente, é da ordem de 3 a 5% já é considerada alto e alvo de reação da população. Na URSS, o preço dos principais produtos subiram 100 vezes, e os salários não subiram mais de dez vezes.

Hoje, afirma Nina Andreyeva, o processo de luta grevista está se ampliando na URSS. Destaco isso porque o nível de politização é diferenciado nas diversas regiões do país. E o desafio que está colocado para o Partido dos Bolcheviques da URSS é a intensificação da participação política do povo, seu maior esclarecimento sobre o que ocorre no país. Outro lema do Partido dos

Bolcheviques é a unidade de todas as forças nas antigas repúblicas da URSS e a formação de um movimento único contra a restauração do capitalismo e antifascista.

A perspectiva do socialismo na URSS atualmente

Hoje o capitalismo é encarado como uma vitrine de uma grande loja. E a imprensa russa tenta mostrar o capitalismo como algo agradável, passeios, carros, mansões, e nunca mostra o trabalho, a exploração. Ruíram as conquistas da Revolução de 17 que foram: o direito ao trabalho, ao lazer, a proteção à velhice, assistência médica gratuita, ensino gratuito, creches, colônias de férias para os trabalhadores. Hoje só quem tem acesso às colônias de férias são os empresários, pois seu preço é proibitivo para os trabalhadores. Atualmente, até o deslocamento na URSS é difícil para os trabalhadores, devido ao alto preço das passagens. O tratamento médico é inacessível à maioria da população devido a seu alto custo. Outro fenômeno que vem ocorrendo é o da crescente taxa de mortalidade infantil e da vertiginosa queda do índice de natalidade, que tem a ver com a piora das condições de vida da população.

Nina Andreyeva considera que os desastres da política do atual governo vão levar a um nível de luta superior, com a politização e conscientização das pessoas. Hoje, o Partido dos Bolcheviques existe em regiões diferentes, com situação diferenciadas. Como ele se considera um partido de toda a URSS não existe um órgão que possa registrá-lo, uma vez que não existe mais a URSS. O Partido dos Bolcheviques edita hoje sete jornais, enfrenta grandes dificuldades financeiras e por isso não têm condições de ter um jornal de caráter nacional.

Segundo Nina Andreyeva, o Partido dos Bolcheviques tem crescido, atingindo os mais de 20 mil membros. Hoje, a preocupação é com a formação de quadros capazes de enfrentar os grandes desafios do socialismo e do capitalismo e construir o socialismo na URSS.

A líder comunista Nina Andreyeva

Professora da Universidade de Leningrado, Nina tornou-se conhecida em toda a URSS com a publicação, em 13 de março de 1988, de uma carta de sua autoria no jornal "Sovietskaia Rossiya", onde denunciava a histeria anticomunista, defendia o legado revolucionário do PCUS e alertava para a traição à URSS que se processava com a perestroika. Devido a enorme repercussão da carta, Gorbachev foi obrigado a respondê-la através de um artigo anô-



nimo, no "Pravda", encomendado ao "ideólogo" da perestroika, Aleksander Yakovlev. Um ano depois, Nina encabeçou a formação da "Sociedade Nacional pelos Ideais Comunistas", que deu origem a chamada "Plataforma Bolchevique" do PCUS. Três anos depois, a "Plataforma" deu origem ao Partido Comunista Bolchevique da URSS, do qual Nina é a atual secretária geral.

Três anos depois, a "Plataforma" deu origem ao Partido Comunista Bolchevique da URSS, do qual Nina é a atual secretária geral.

ELEIÇÕES

Denis na disputa em Mogi Guaçu

DILERMANDO TONI

Denis está em primeiro lugar! Este é o resultado da mais recente pesquisa feita em Mogi-Guaçu em relação à disputa para a prefeitura local. A enquete que ouviu nada menos que 1088 pessoas em todos os bairros da cidade coloca Denis Carvalho, do PCdoB, e seu companheiro de chapa Marcos Cesar, do PSB, com 25% das intenções de votos. Eles são candidatos da coligação PT, PSB, PCdoB que apresentou 41 candidatos a vereador.

Denis é médico, foi vereador em Mogi e, atualmente, é deputado estadual pelo PCdoB em São Paulo. Quando disputou esse cargo em 1990, Denis teve 12000 votos só em Mogi, cerca de 25% dos votos dados a candidatos a deputado estadual naquela ocasião.

Mogi Guaçu tem cura

É com esse slogan que a coligação tem levado as suas propostas à população de Mogi. A campanha tem sido basicamente de corpo-a-corpo. Todas as noites se fazem reuniões nos bairros, às quais tem comparecido uma média de 30 pessoas. Aos sábados são os comícios que serão intensificados a partir de setembro.

Por estar bem situada nas pesquisas e por ter chances reais de vitória, a candidatura de Denis tem sido duramente atacada por seus adversários, outros dois candidatos que disputam as eleições por coligações do PFL-PDT-PTB-PSDB e do PMDB-PDS. Tentando criar um clima parecido com a disputa do segundo turno das eleições presidenciais de 89, eles batem na surrada tecla do anti-comunismo.

Segundo Denis "eles conseguem assustar algumas pessoas num momento inicial, mas nós vamos esclarecendo tudo. Em primeiro lugar, meus adversários representam grupos das classes dominantes que de há muito vem se revesando no poder municipal; mas, o mais importante é mostrar o resultado dessa prática política. Foi com essa conversa fiada



ARQUIVO

Denis em primeiro lugar nas pesquisas

que Collor chegou ao poder e hoje nós estamos vendo a que ele veio".

Política e propostas

A candidatura de Denis é a única que está realmente afinada com o que se passa no Brasil. Tem feito um grande esforço, apesar de dificuldades financeiras, para divulgar nas ruas os trabalhos da CPI que apura a corrupção do governo Collor.

"Enquanto eles fazem baixarias nós procuramos elevar o nível da campanha, politizando-a e aumentando a consciência dos trabalhadores" afirma Marcos César, o candidato a vice. É exatamente por isso que de alguns dias para cá a candidatura dos partidos do povo tem crescido ainda mais. "Particularmente os jovens vão se engajando na campanha e ajudando a botar o bloco na rua" nas palavras de Denis.

Importante pólo econômico

Mogi Guaçu fica situada a 170 km de São Paulo, na região de Campinas. Tem 110 mil habitantes e 65 mil eleitores número relativamente pequeno que não reflete a importância econômica do município já que, entre os mais 500 municípios do estado de São Paulo Mogi fica entre os 25 primeiros em matéria de arrecadação fiscal. Mogi é conhecida por ter uma das maiores e mais tradicionais indústrias de cerâmicas do estado. Este setor, no entanto, vem perdendo importância e desde meados dos anos 60 uma série de outras indústrias se instalaram na região mudando assim o perfil da produção. Em Mogi está situada a maior unidade produtora de laranja do país, uma enorme empresa rural

pertencente a um estrangeiro. A população rural é mínima e os bônus moram nas periferias da cidade. Um dos efeitos mais perversos da recessão em Mogi é o desemprego. Nada menos que 25% da população economicamente ativa está desempregada. Em Mogi Guaçu circulam dois jornais diários, "O Guaçuano" e a "Gazeta Guaçuana". Recentemente o município ganhou destaque na imprensa nacional pois foi lá que durante um longo tempo se escondeu o carrasco chileno Romo Mena acusado de ter torturado e assassinado dezenas de patriotas chilenos (e mesmo exilados brasileiros) durante a ditadura de Pinochet.

Geraldo é a esperança de Catalão

O PCdoB de Goiás lançou um candidato a prefeito na cidade de Catalão, pólo operário do estado, onde fica a Goiásfértil. O candidato, seu Geraldo Martins Teixeira, tem 71 anos e é um antigo combatente das causas populares. Lutou contra o nazismo e a ditadura militar, tendo sido membro fundador do MDB de Goiás. Homem respeitado, de família tradicional em Catalão, seu Geraldo avalia que sua candidatura tem boas chances, apesar das grandes dificuldades que a campanha tem enfrentado. Falta de recursos e de pessoal são os maiores problemas. Sem financiamento de grandes empresários nem apadrinhamento de políticos tradicionais, a candidatura

de seu Geraldo se pauta pela independência, autonomia e honestidade.

Apesar de todos os candidatos da Coligação Catalão Esperança, que também é formada pelo PT e PDT, serem operários e sem recursos, eles se comprometeram a, caso eleitos, apresentarem um projeto de lei na Câmara Municipal que suspende por quatro anos os salários do prefeito, vice e vereadores. É uma proposta radical, mas que se contrapõe à prática de se utilizar de cargos públicos para desfrutar dos benefícios e altos salários, tão difundidos no Brasil.

A campanha está sendo feita basicamente com visitas, caminhadas

e reuniões na periferia, escolas e empresas. Segundo seu Geraldo, a receptividade está sendo grande e a campanha está tomando corpo. De acordo com uma pesquisa divulgada esta semana pelo Instituto Serpes, seu Geraldo está com 7,63% das intenções de voto, enquanto o candidato do PMDB está com 27,7% e o PFL com 38,5%, dados contestados pela coordenação da campanha, que acredita que seu Geraldo tem condições de se contrapor ao candidato da situação (PFL).

O fato é que com a campanha pelo impeachment de Collor, os outros candidatos estão perdendo terreno pois sempre foram aliados dos governos estadual e federal.

Festa de Ana para arrancada final

Nada menos que 1200 pessoas compareceram à festa de campanha de Ana Martins, candidata do PCdoB à Câmara Municipal de São Paulo. A atividade foi realizada no clube Kai-Kan, em São Miguel, zona leste da capital. Diversos grupos artísticos se revezaram na animação da festa. O ponto alto dessa parte ficou por conta do grupo de dança afro Babalotim que numa apresentação de alto nível, empolgou a todos. Compareceram ao ato representantes de mais de 50 bairros. Segundo Ana Martins, cerca de 2000 pessoas já estão fazendo a campanha. Prestigiaram com suas presenças os deputados do PCdoB Aldo Rebelo e Jamil Murad. Rogério Lustosa, em nome da direção nacional do partido, e várias lideranças dos movimentos populares da região em nome das quais falou Zorilda, presidente da Consabas.

Plenária combativa

Mais de trezentas lideranças populares e operários lotaram o salão do Sindicato dos Condutores de São Paulo para debater as metas para a etapa final da campanha de Vital Nolasco para a Câmara de Vereadores paulista.

Na primeira parte da plenária falaram lideranças políticas, tentando situar o contexto de crise em que se realiza a campanha. Dentre elas, o deputado federal Aldo Rebelo, o deputado estadual Jamil Murad, o presidente do sindicato dos Metroviários, Wagner Gomes e Dineas Aguiar, pela Direção Nacional do PCdoB.

Em seguida foi a vez dos coordenadores de campanha nos diversos bairros e categorias de trabalhadores as metas e desafios a serem enfrentados até o dia das eleições. A combatividade e disposição dos presentes são um bom indicativo da eleição de Vital.

Propostas

Com o slogan "Vota Comunista", o líder sindical Juliano Siqueira vem batalhando lugar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Com uma história

de resistência democrática e em defesa do povo brasileiro, Juliano Siqueira, vem levantando dez propostas de trabalho: - acelerar o desenvolvimento econômico da cidade; emprego e salário digno para todos os trabalhadores; escola pública e gratuita; saúde como dever do Estado e direito do cidadão; habitação acessível à população de baixa renda; unificar o preço das tarifas para todas as modalidades de transporte de massas; melhorar o equilíbrio do sistema ecológico do município; lutar contra a violência; política cultural que atenda às reivindicações dos técnicos e artistas e aos interesses do povo; ampliar a democracia. Esses temas são debatidos toda terça-feira, na Cantina Calabreza, em Botafogo, a partir das 20:00 hs.

Respeito a Vila Velha

O professor Ramos, do PCdoB, como é conhecido na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, vem se destacando na campanha de disputa corpo-a-corpo pelo voto para chegar à Câmara Municipal. Até o momento já são 120 listas preenchidas, e se pretende chegar às 250 até o final da campanha. Como diretor do sindicato dos professores, pretende legislar priorizando a educação, saúde e meio ambiente. Professor há 12 anos da Escola Pública e Particular, Ramos se empenha no fortalecimento das entidades organizadas, na luta pela moradia e na formação dos jovens, pela maior entrada para estudantes e aposentados e por espaço de trabalho para os artistas da terra.



Fora Collor e seu projeto neoliberal

JOÃO AMAZONAS
Presidente Nacional do PCdoB

A marca inconfundível do governo Collor é, sem dúvida, a corrupção desbragada e conscientemente organizada que se instalou no país, com os cordéis manipulados no Planalto e na Casa da Dinda. Os PCs, os Claudio Vieira, os Jorge Bandeira, as Ana Acioly e outros da mesma espécie não surgiram por acaso. Trabalham sob o comando de Collor desde a campanha eleitoral de 89, e mesmo antes, montando o mecanismo da roubalheira que, à sombra do poder, adquiriu dimensões inusitadas.

Roubo de dinheiro público sempre houve no Brasil. Aberto ou dissimulado. Negado ou confessado. É uma das mazelas incuráveis do regime das clas-

Cedo ou tarde, prestarão contas à justiça.

Até o momento, a atenção do grande público converge para as denúncias de corrupção, porque nesse particular se concentram as investigações da CPI e o noticiário da imprensa escrita e falada. Pouco se menciona o Projeto Neoliberal de Collor, inseparável da política que ele realiza com tão graves danos para o país. A corrupção em grande escala flui também da aplicação do neoliberalismo.

Não se chegou ainda, nas apurações cepefnas, ao montante do dinheiro roubado. A empresa norte-americana Kroll calcula, por alto, a soma de um bilhão de dólares.

Não estariam incluídos nesse total as negociatas com a privatização de estatais lucrativas? É de todo inaceitável a venda da Usiminas por moedas podres. Quem são os beneficiários desse malfadado negócio?

O neoliberalismo é o projeto dos países ricos contra os países pobres ou em vias de desenvolvimento, cada vez mais espoliados. É o confronto desigual do Norte desenvolvido e dominador contra o Sul atrasado e em crise crônica. Quem assume esse projeto, em países como o nosso, trai os interesses nacionais.

O Brasil está sendo vendido aos poderosos consórcios internacionais do chamado Primeiro Mundo. O patrimônio nacional, construído pelo povo, é malbaratado nos leilões da privatização acelerada. A indústria brasileira passa por um processo de sucateamento. O esforço da criação de tecnologia própria sucumbe à falta de apoio ou devido à concorrência estrangeira desleal. E vem aí a Lei das Patentes - um sério golpe no desenvolvimento independente do país, um atentado à sua soberania.

A política neoliberal executada por Collor resultou na grave crise em que nos debatemos. Em boa parte, é daí que vem a recessão prolongada, o desemprego em massa, o arrocho salarial, a economia paralisada e em baixa, a queda da arrecadação fiscal.

Quanto menos se produz e menos se consome - pretexto para o combate à inflação - menor o volume de tributos arrecadados. Em consequência, promove-se o corte ou a redução das verbas destinadas à saúde, à educação, à moradia, à pesquisa científica, enquanto acumulam-se dólares na exportação subsidiada para pagar a dívida externa já tantas vezes paga. O FMI comanda a economia do Brasil, seguindo os padrões do neoliberalismo.

Isso não pode continuar. Collor deve ser afastado do poder o quanto antes. E julgado. Afinal está em jogo a própria sobrevivência do Brasil como Nação soberana. Quem virá depois? Cumpra-se a Constituição. E se intensifique o movimento cívico em marcha, despertando a consciência nacional de modo a exigir novos rumos para a nossa Pátria e um futuro melhor para o nosso povo.

Artigo publicado no Jornal do Brasil do dia 20.8.92, sob o título "Cumpra-se a Constituição".

LEANDRO SCHILIPAKE



Amazonas no comício de São Paulo

ses dominantes. Agora, porém, extrapolou. Mostra características novas, preocupantes. Chegou-se à montagem de empresas de aviação semi-clandestinas de rota internacional duvidosa, à criação de falsas casas bancárias no exterior, ao estabelecimento de firmas fictícias fora do país, à utilização de doleiros e contrabandistas de ouro, tudo isso permeando a "lavagem" de dinheiro adquirido ilícitamente. Surgiram os fantasmas depositantes e sacadores de somas milionárias em contas bancárias. Talvez nesse emaranhado delituoso se expresse a "modernização" apregoada por Collor.

Visando abafar os escândalos que envolvem a moralidade administrativa e safar-se da ameaça do impeachment, Collor incorre em crime não menos condenável - o de suborno.

Publicamente, arregimenta apoio no Congresso e entre os governadores, distribuindo recursos do tesouro, que não lhe pertencem, na compra de consciências corrompidas. Quer evitar o inevitável - o impeachment - à custa da dignidade do cargo que ocupa e atraindo a conivência de políticos sem escrúpulos.

Povo quer imp

GUIOMAR PRATES

Na véspera da Comissão Parlamentar de Inquérito aprovar o relatório que denuncia o envolvimento do Presidente da República com o esquema PC Farias, o Brasil volta a viver o mesmo clima das Diretas Já. Em várias capitais e cidades do interior (vide box), milhares vão às ruas exigir o impeachment de Collor de Mello. Em Brasília, cerca de 100 mil pessoas realizaram comício no final da tarde do dia 26, após o relatório do senador Amir Lando ter sido aprovado pela CPI.

O movimento Fora Collor, que começou devagar, tomou fôlego com as iniciativas dos estudantes e já atinge os trabalhadores. Em São Bernardo do Campo-SP, 100 mil estiveram no comício, que aglutinou sete municípios no dia 26. Passeatas de operários saíram das principais empresas da região (Volks, Mercedes Benz, Scania, Brosol, Cofap). Desde as 14 horas as fábricas estavam paralisadas. A maior passeata partiu de Santo André-SP, fechando a principal via de acesso a São Bernardo do Campo. Cerca de 20 mil pessoas fizeram a caminhada.

Em Porto Alegre, também na quarta-feira, 60 mil pessoas realizaram ato pelo impeachment. Vários oradores pediram o fim do projeto neoliberal.

Com oito anos separando os atos pelas diretas, o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reviveu, no último dia 25, a mesma paisagem. Cerca de 500 mil pessoas realizaram o maior comício dessa nova fase de mobilizações. No palanque, tão concorrido quanto o espaço do Vale, dezenas de personalidades e entidades foram unânimes em pedir o afastamento de Collor da presidência da república. O tom sectário ficou por conta de alguns militantes petistas, que vaiaram representantes de outros partidos, notadamente o PMDB. Mas foram advertidos por Lula de que é necessário aglutinar um amplo leque de forças para garantir que o impeachment seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Organizado pelas entidades que coordenam o Fórum pela "Ética na Política" (OAB, CNBB, CUT, UNE, PNBE, entre outras) o comício foi apresentado por Raul Cortéz e Ney Latorraca, que provocou aplausos ao ler trechos do relatório da CPI. Além das bandeiras, um enorme balão enfeitava o Vale com os dizeres "O Brasil quer justiça".

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas afirmou que "os donos do país somos nós. Sempre que há problemas importantes a resolver as elites tentam deixar o povo de lado. Mas o povo está na rua, e não vai sair até colocar para fora este indigente da democracia e da legalidade". Disse ainda que "não queremos que saia apenas Collor.

Queremos sim um novo governo, com um novo programa. Não aceitamos esse arranjo que querem nos impor. Esses ministros são cúmplices de Collor".

O dirigente nacional do PSDB, Franco Montoro, afirmou que é necessário mudar a estrutura, para dar condições ao povo de participar e cobrar dos políticos. Para o presidente da CUT, Jair Mesneguelli, "corrupto é quem não paga os 147% dos aposentados e quem confisca o dinheiro da poupança do povo".



Operários das principais fábricas do ABC

O presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Enio Candotti, disse que sentia orgulho de falar entre o presidente da UNE Lindberg Faria e Luis Inácio Lula da Silva. "Ficaremos nas ruas até que Collor vá embora", prometeu Candotti.

Única mulher a se pronunciar no comício, a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, disse que se sentia como quando tinha vinte anos, na luta de resistência contra a ditadura.

O presidente da OAB, Marcelo Lavenère, foi o último orador. Segunde ele, o impeachment é um processo doloroso, que pode durar até cinco meses. "Mas o povo não deverá sair das ruas, essa é a única garantia que temos". Lavenère avalia que os líderes do governo tentarão todas as manobras para impedir que Collor seja afastado e denuncia que até uma simulação de atentado contra Collor estaria sendo articulada para tentar melhorar a imagem do ocupante do Planalto.

A maioria dos presentes ao comício eram estudantes. Mas outras categorias também participaram. Da Praça da Sé, uma passeata de artistas se dirigiu ao Vale. De todos os cantos de São Paulo vieram manifestantes. Cerca de 500 deles resolveram continuar, depois das 21 horas, quando encerrou o comício, em passeata pela Av. Paulista, numa demonstração de que o povo não vai cansar tão cedo.

Dia
Bra
so
de
São
ope
Por
to

Dia
São
pas
cio
Salv
Bel
ata
dan
Rio
imp
Cur
Rec
pes
Vit
São
Ter
ato
Fort
ticip
Nat
mar
João

NACIONAL

Impeachment

Juventude está na frente



FOLHA IMAGEM

As avaliações variam entre 250 mil e 400 mil. Mas todos são unânimes em admitir que 25 de agosto de 1992 ficará registrado na história como o dia em que foi realizada a maior passeata do movimento estudantil brasileiro. O cenário era composto por bandeiras multicoloridas, jovens com o rosto pintado de verde e amarelo, bonecos que representavam ladrões na cadeia, muitas faixas e cartazes. O local foi o centro de São Paulo e o discurso não tratava de questões menores. Dito das mais diferentes formas, ele tinha uma unidade: "Impeachment já", "Fora Collor, ninguém te agüenta mais".

A adesão ao movimento surpreendeu as lideranças da UNE e da UBES. As salas de aula ficaram vazias e, desde as 8 horas, passeatas chegavam de todos os lados, até lotar por completo a Av. Paulista. Durante cerca de três horas jovens caminharam assim cantando, dançando, criando palavras de ordem. O engarrafamento foi total, mas os paulistanos não se incomodaram. Desceram dos ônibus e carros e se incorporaram no mar humano. Do alto dos prédios chovia papel picado, bandeiras e tarjas pretas, verdes e amarelas eram penduradas nas janelas. As mãos batiam palmas, a demonstrar que mesmo quem não estava no chão era parte integrante do sentimento nacional, que exige o fim do governo e o resgate da dignidade.

Os oito carros de som não foram suficientes e só parte dos manifestantes conseguiu acompanhar Fafá de Belém quando ela cantou o hino nacional ou quando ajudou Lindbergh Farias, presidente da UNE e Mauro Panzera, coordenador da UBES, a puxar os refrões contra Collor. Fafá era uma das mais entusiasmadas, cantando "ai, ai, ai, ai, se chacoalhar o Collor cai", ou dando uma "canja", com "Prá não dizer que não falei

das flores", de Geraldo Vandré, e "Brasil mostra sua cara", de Cazuzza.

O final da passeata estava previsto para a Praça da Sé, mas ela ficou pequena e os estudantes foram direto ao Vale do Anhangabaú, onde esperaram para o ato das 17 horas, coordenado pelo movimento em defesa da "Ética na Política".

O dirigente nacional do PCdoB, Renato Rebelo, que participou dos atos promovidos pela UNE no final da década de 60 acompanhou todo o percurso. Disse emocionado que a juventude resgata suas tradições e dá uma grande lição nessa hora decisiva da vida da Nação. "Acredito que a presença dos jovens na rua é um grande sinal de que Collor vai para a cadeia", afirmou sendo bastante aplaudido.

Para Manoel Rangel, coordenador geral da UJS, entidade que teve presença destacada, o que ficou entalado na garganta precisava mesmo ser dito. "Estamos nas ruas para denunciar os crimes que são cometidos contra a juventude. É por saber que há milhões de jovens sendo assassinados todos os dias, que há milhões de mulheres jovens sendo prostituídas e que temos sido vítimas do desemprego. Por isso queremos o fim do governo Collor e a construção de uma nova sociedade.

O presidente da UNE reafirmou que a entidade não é apenas a sua diretoria, são todos os que levantam as suas bandeiras. Avisou que os estudantes vão continuar nas ruas até "que saia esse safado do Collor, pela renúncia, pelo impeachment ou pela força".

Muitas personalidades participaram da passeata, entre elas o presidente da CUT, Jair Meneguelli, representantes da Comissão de Justiça e Paz, União Brasileira de Mulheres, deputados, vereadores de vários partidos e candidatos à prefeitura de São Paulo. (G.P.)

bricas do ABC participam do comício em São Bernardo

ociedade
iência),
orgulho
E Lind-
a Silva.
ollor vá

no co-
Luíza
o quan-
esistên-

Laven-
e ele, o
oloroso,
s. "Mas
essa é
avenere
o tenta-
edir que
que até
tra Col-
a tentar
do Pla-

comício
tegorias
da Sé,
igiu ao
o Paulo
500 de-
das 21
cio, em
lemons-
sar tão

Multidões saem às ruas para protestar contra Collor

Dia 26 de agosto:

Brasília - 100 mil em frente ao Congresso Nacional exigem o fim do governo de Collor de Mello.

São Bernardo do Campo (SP) - 100 mil operários fazem comício.

Porto Alegre - 60 mil criticam o projeto neoliberal.

Dia 25 de agosto:

São Paulo - 300 mil estudantes fazem passeata e 500 mil participam de comício no Vale do Anhangabaú.

Salvador - 100 mil realizam passeata.

Belo Horizonte - 70 mil realizam passeata pela Ética na Política e 12 mil estudantes fazem ato na Praça Afonso Arinos.

Rio de Janeiro - 60 mil fazem ato pelo impeachment.

Curitiba - Passeata reúne mais de 40 mil.

Recife - duas passeatas reúnem 200 mil pessoas.

Vitória - ato aglutina 7 mil.

São Luiz - manifestação com 6 mil pessoas.

Teresina - 25 mil pessoas participam de ato público.

Fortaleza - manifestação com 12 mil participantes.

Natal - 15 mil pessoas participam de manifestação.

João Pessoa - passeata com 20 mil parti-

cipantes.

Maceió - Duas passeatas com 15 mil e 4 mil.

Florianópolis - Ato com 5 mil.

Belém - Ato público com 25 mil participantes.

Goiânia - Manifestação com 10 mil pessoas.

Porto Velho - passeata com 4 mil, inclusive índios.

Ribeirão Preto (SP) - 10 mil estudantes realizam passeata.

São José do Rio Preto (SP) - passeata com 4 mil.

Dia 24 de agosto:

Volta Redonda (RJ) - 10 mil estudantes saem em passeata em frente da prefeitura até a companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Pedem a saída de Collor e seu projeto neoliberal de privatização das estatais. A UJS, junto com a UNE e UBES, cumpre papel fundamental na convocação.

Rio de Janeiro - 200 mil participam da passeata convocada pelo PDT contra a corrupção e pela legalidade. Participam os partidos coligados no Rio: PCdoB, PV e PMN, além da UNE.

Dia 21 de agosto:

Rio de Janeiro - 100 mil estudantes atendem a convocação da UNE, UBES e UJS e participam da passeata que culminou em comício na Cinelândia.

Dia 20 de agosto:

Goiânia - Sete mil estudantes realizam ato.

Dia 19 de agosto:

Salvador - 30 mil fazem manifestação, com enterro simbólico de Collor.

Vitória - 3 mil estudantes fecham as principais ruas do centro. A passeata é organizada pela UMES.

São Paulo - 2 mil pessoas organizadas pelo Sindicato dos Artistas fazem passeata da Câmara de Vereadores até o Teatro Municipal.

Dia 16 de agosto:

São Paulo - protestos duram sete horas. É impossível calcular o número de manifestantes. A cidade se vestiu de preto. As maiores concentrações aconteceram na Av. Paulista e no Parque Ibirapuera. Carreatas surgem espontâneas em toda a cidade. As 11 horas, cinco mil pessoas fazem "o enterro de Collor" em frente ao Teatro Municipal. Pela manhã, na Universidade de São Paulo (USP), 5 mil pessoas transformaram o show da

cantora Margareth Menezes em protesto.

Brasília - Carreata com 15 mil carros.

São 20 km em fila dupla. Na Casa da Dinda, 300 pessoas deram apoio à Collor.

Rio de Janeiro - Ato reúne 100 mil. Uma passeata ocupa 10 km na orla marítima.

Uma parada em frente ao apartamento de Leonel Brizola pede que ele deixe de apoiar Collor de Mello.

Belo Horizonte - 15 mil pessoas fazem passeata e ato contra Collor.

Fortaleza - carreata com 100 carros.

Recife - carreata com 800 automóveis.

Goiânia - 800 carros desfilam pelas ruas da cidade tendo o preto como a cor oficial da indignação e da revolta.

Manaus - carreata com 800 carros.

São Luiz - carreata com 300 carros.

Salvador - 4 mil participam de manifestação.

Vitória - carreata com 500 carros.

Porto Alegre - 5 mil pessoas fazem passeata pelas ruas centrais.

Maceió e Aracaju - o protesto se dá nas cores preto e vermelho, predominantes nos biquínis e sungas nas praias.

Campo Grande - 2 mil pessoas pelo impeachment.

Campinas (SP) - ato reúne 1.500 pessoas.

Montargem (MG) - manifestação com 2.500 pessoas.

NACIONAL

CPI incrimina Collor

Collor desonrou o cargo, diz Relatório

O Relatório Final da CPI do PC, aprovado na quarta-feira passada, é um documento histórico. Pela primeira vez no país, uma Comissão Parlamentar de Inquérito conclui seus trabalhos apresentando à Nação um documento tão sólido e definitivo como o Relatório do Senador Amir Lando.

Em suas 341 páginas de texto, o Relatório tece considerações jurídicas sobre as CPIs e o sigilo bancário, faz uma síntese dos 25 depoimentos tomados pela Comissão, dissecando o chamado "esquema PC", abordando suas ações na CEME, na EPC, na Brasil-Jet, suas operações no exterior, a movimentação de recursos e as contas fantasmas, desmonta a farsa da "Operação Uruguai", apresenta propostas legislativas para reformular a legislação eleitoral, o sistema bancário e financeiro nacional e a legislação penal, propõe a constituição de uma Comissão Permanente de Fiscalização e Controle e conclui tipificando todos os crimes cometidos por PC Farias e sua quadrilha, envolvendo diretamente o Presidente Fernando Collor.

O Relatório, embora não apresente nenhuma revelação bombástica, que já não fosse de conhecimento da Nação, alinhava de forma clara todas as provas dos crimes cometidos pelo ex-caixa de campanha do Presidente Collor, o empresário Paulo César Farias e pelos seus comparsas de quadrilha - Cláudio Vieira, Rosinete Melanias, Jorge Bandeira, Severino Nunes de Oliveira, George Ricardo Melanias, Geovani Carlos Fernandes de Melo e Marta de Vasconcelos Soares. Além disso, nas conclusões finais, deixa evidenciado o envolvimento direto do Presidente Collor com esses crimes.

"A rigor, não existe uma só alternativa de compreensão de certos fatos que envolvem o sr. Paulo César Farias que não inclua o sr. Presidente da República", afirma o documento, acrescentando: "...ficou evidente que o sr. Presidente da República, de forma permanente e ao longo de mais de dois anos de mandato, recebeu vantagens econômicas indevidas, quer sob a forma de depósitos bancários feitos nas contas da sua secretária, sra. Ana Acioli, da sua esposa e da respectiva secretária, sra. Maria Isabel Teixeira, da sua ex-mulher, da sua mãe e da sua irmã, quer sob a forma de recursos financeiros para a aquisição de bens, tais como o veículo Fiat Elba, ou, finalmente, sob a modalidade de benfeitorias e melhorias diretamente realizadas no imóvel de sua propriedade, em Maceió".

O Relatório conclui, ainda, que o Presidente da República "omitiu-se do seu dever funcional de zelar pela moralidade pública e de impedir a utilização de seu nome por terceiros para lograrem enriquecimento sem causa, ensejando que práticas à margem da moral e dos bons costumes pudessem ser perpetradas".

Em suas conclusões, o Relatório indica, portanto, que o Presidente da República cometeu crime de responsabilidade e crime comum, constituindo-se numa peça jurídica básica para sustentar a denúncia contra Collor, por esses dois crimes. A denúncia por crime de responsabilidade será entregue no próximo dia 1º ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro. Já a denúncia por crime comum, depende de manifestação do Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, a quem o Relatório foi oficialmente remetido. Caso ele decida denunciar Collor, o Presidente será julgado pelo Supremo Tribunal Federal. (M.O.F.).



Amir Lando



SÉRGIO AMARAL

Em frente ao Congresso Nacional o povo exige a punição do Presidente da República

MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

Numa sessão histórica e emocionante, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as denúncias de Pedro Collor de Mello contra as atividades do empresário Paulo César Farias, aprovou, na tarde de quarta-feira passada, por 16 votos contra 5, o seu Relatório Final, apresentado pelo senador Amir Lando, que incrimina o Presidente Fernando Collor com os crimes praticados por PC Farias e sua quadrilha (veja matéria ao lado).

O resultado dessa votação foi um exemplo concreto do grau de decomposição da base parlamentar de apoio ao governo. Apesar de todas as tentativas de pressão sobre os parlamentares dos partidos que apóiam o governo para que votassem contra o Relatório Final e da substituição do deputado José Múcio, do PFL de Pernambuco, que participou de toda a CPI e anunciou que votaria a favor do Relatório, pelo seu suplente Elísio Curvo, o governo não conseguiu evitar a derrota. Além dos votos dos parlamentares da oposição, o Relatório Final teve os votos favoráveis de quatro parlamentares governistas - os deputados Aécio de Borba (PDS-CE) e Sérgio Brito PDC-BA) e os senadores Valmir Campelo (PTB-DF) e Raimundo Lira (PFL-PB) - e acabou sendo aprovado por 2/3 dos membros da CPI.

Governo acuado

Na manhã de quinta-feira foi realizada uma reunião dos presidentes e líderes dos partidos favoráveis ao impeachment, onde ficou decidida a apresentação da denúncia contra Collor, no próximo dia 1º, com a presença dos representantes dos partidos, de entidades civis e dos governadores. Além disso, foi criada uma Comissão de parlamentares para articular, na Câmara dos Deputados, a votação da denúncia.

Esse resultado assustou o governo e abriu caminho para a aprovação, pelo plenário da Câmara, da denúncia contra o Presidente Collor por crime de responsabilidade, que será entregue no próximo dia 1º (terça-feira) pela ABI e pela OAB, tendo como primeiro subscritor o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho. O próprio articulador político do Governo, ministro Jorge Bornhausen, admite abertamente ter perdido o controle sobre a base parlamentar governista. Além do PDS, também o PL e o PDC, já defendem o impeachment e o PFL está fortemente dividido.

Nesse quadro, a intensificação das manifestações de massa e os efeitos demolidores da explicitação do envolvimento de Collor com os crimes praticados por PC Farias e sua quadrilha, expresso no relatório criam todas as condições favoráveis para a aprovação de denúncia contra o Presidente e do seu impeachment. O clima dominante na sessão de encerramento da CPI era de euforia da oposição e de tensão dos governistas. O sentimento de todos era de que ficou muito difícil evitar o impeachment de Collor.

Emoção cívica

A sessão final da CPI foi marcada por momentos de grande emoção. Um deles foi quando o senador Elcio Álvares, vice-líder do PFL, ocupou a tribuna para anunciar que grande parte do partido defende a aprovação do impeachment de Collor, manifestar sua posição contrária ao fechamento de questão pelo partido contra o impeachment e dizer que concordava integralmente com o Relatório Amir Lando. Debaixo de aplausos, o senador afirmou: "Estou inteiramente solidário com as conclusões do senador Amir Lando e nesta hora posso dizer isso porque tenho absoluta certeza de que o Presidente praticou vários crimes, inclusive o da omissão". Outro momento emocionante foi quando o senador José Paulo Bisol,

que participou da CPI ocupando uma vaga do PDS, por indicação do líder no Senado, Esperidião Amin, discursou desmontando toda a argumentação jurídica dos governistas contra o relatório, e concluindo que o encerramento dos trabalhos da Comissão representava o resgate da "honra e da dignidade nacional".

O líder do PCdoB, deputado Aldo Rebelo, acompanhando a votação, destacou a participação do partido na CPI, desde o primeiro momento, inclusive através do desmascaramento da "Operação Uruguai". "O PCdoB saúda os membros desta CPI e o Congresso Nacional, mas, acima de tudo, saúda o movimento do povo nas ruas que exige não apenas o fim da corrupção, mas mudanças profundas nos rumos do país. Além e muito além da ética, o povo exige o fim da recessão, da privatização do patrimônio público, do arrocho salarial, da fome e da miséria", afirmou.

Último orador a discursar, o senador Amir Lando fez uma veemente defesa do seu Relatório e rebateu as acusações recebidas do "esquadrão da morte" governista. "Não afrontei a lei, nem a Constituição, nem os Regimentos do Parlamento brasileiro. Rasgai o meu relatório e constatareis que a inocência não mais brotará. Apagai os fatos e a nossa memória os ressuscitará. Aqui estão as provas. Contra isso, nada é possível. Nada será capaz de desfazer o vínculo entre o que fez PC Farias e o Presidente da República", afirmou emocionado, para concluir: "Só o crime e a virtude são irreconciliáveis. Fulminemos, com a execração pública, os crimes contra o bem comum. Adiar a repressão ao crime é proclamar a impunidade. A nossa união há de salvar o Brasil".

Ao final da sessão, como sempre ocorre nos grandes momentos do Parlamento brasileiro, o plenário, lotado, de mãos dadas, cantou o Hino Nacional. A CPI se encerrava ali, com uma sensação de dever cumprido.

NACIONAL

País toma consciência

Durante a votação do relatório da CPI o repórter da Classe Operária, Dilermando Toni, ouviu os senadores José Paulo Bisol (PSB-RS), Mário Covas (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado Miguel Arraes (PSB-PE), os três primeiros com destacada atuação na CPI, sobre as conclusões do trabalho da comissão. A Classe ouviu ainda José Mucio (PFL-PE), que foi substituído de última hora.

A Classe - Chegamos ao final dos trabalhos, qual a sua avaliação?

Bisol - Posso dizer que há um salto cultural na sociedade. O que aconteceu agora não aconteceria 30 anos atrás. O movimento vai demonstrando que o país toma consciência e sai institucionalmente da crise. A CPI mostrou-se digna e não frustrou a confiança do povo. Tudo isso é novo.

A Classe - Qual a saída para Collor?

Bisol - Se o povo continuar nas ruas não haverá saída para ele. Agora ele vai tentar passar à contra-ofensiva de maneira agressiva, vai tentar desmentir as provas, dizer que os amigos o tráfaram, vai fazer uma série de manobras para tentar cansar o povo.

A Classe - O que mais mostrou a CPI?

Bisol - Que muita coisa precisa ser reformada, o sistema financeiro, através do qual se fazem as corrupções, o papel do Banco Central, etc. Eu gostaria de dizer ainda que gostei muito da última capa da Classe Operária (Bisol refere-se à manchete "Povo nas ruas. CPI na lei. Collor na cadeia.")

A Classe - Qual a sua avaliação da situação?

Covas - Veja bem, recentemente nós conquistamos normalidade democrática e, num curto espaço de tempo após isso, podemos dizer que a sociedade conseguiu um alto nível de maturidade. Essa luta discute como o poder deve ser exercido, que padrões de valores devem prevalecer na vida pública, ou seja, a questão da dignidade.

A Classe - Como ficam as coisas com Itamar?

Covas - Nós vivemos num regime presidencialista e ele vai ter liberdade para escolher suas alianças e fazer as suas propostas. Há naturalmente um "período de carência" que, devido à crise, vai ser maior que os outros. De toda forma, penso que não vai ser uma mera linha de continuidade com o que está aí. Itamar é homem que tem idéias pró-

prias e não vai dar uma volta de 180 graus. Ele vai procurar uma composição em cima de seu projeto.

A Classe - O que mudou com esse resultado?

Arraes - É muito importante para a vida do país que a CPI tenha funcionado e chegado às conclusões que chegou. Isso é um fato novo, não aconteceria há algum tempo atrás. Mas Collor deve continuar resistindo, o que vai ser um grande mal para o país, a população está inconformada e exige uma ação enérgica, o seu afastamento como tentativa de recomeçar algo novo.

A Classe - E de agora para frente?

Arraes - A simples retirada de Fernando Collor não basta. As forças políticas devem se unir para

peranças de que iria acabar com a corrupção.

A Classe - E como você vê a posição que Paulo Maluf tem adotado?

Suplicy - Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o PDS não foi um dos partidos proponentes da CPI. Em segundo lugar, você sabe que, em 1984, Paulo César Farias recepcionou Paulo Salim Maluf em sua residência em Macaíó, para tratar como os membros do Colégio Eleitoral oriundos de Alagoas iriam se integrar na campanha de Maluf contra Tancredo. Soa muito estranha essa rejeição justo agora, de Maluf em relação a Collor e PC. Todos se lembram que em agosto de 89 no jornal o Estado de São Paulo, referindo-se às suas ligações com Collor, Maluf disse que "preferia o original à cópia". Noutra oportunidade, Maluf declarou que, se eleito presidente da república, poderia fazer de Collor seu ministro da justiça. Se o PDS votar a favor do impeachment não fará mais do que agir com responsabilidade.

A Classe - Mas o Maluf é um tremendo "cara-de-pau"?

Suplicy - Collor vai ser impedido e Maluf já foi impedido reiteradas vezes. Quando foi candidato a prefeito, a governador e a presidente da república, e o mais importante, impedido pelo povo, sem que tenha se regenerado.

A Classe - Explique melhor porque de sua substituição da CPI.

José Mucio - Eu fui indicado pelo PFL, o meu partido. Acontece que no decorrer da CPI, com suas apu-

rações que foram sendo feitas, eu resolvi votar favoravelmente ao relatório de Amir Lando. Mais que isso, declarei o meu voto e avisei o partido. Essa era uma questão de consciência. Como eu ocupava um cargo de confiança eu o coloquei à disposição do partido.

A Classe - E como se deu a sua substituição?

José Mucio - Fui procurado pelo líder Luis Eduardo (PFL-BA) que me disse que o partido iria votar coeso e que então precisava de meu lugar.

A Classe - Então o PFL vai votar unido?

José Mucio - O PFL está dividido. Eu até concordo com o discurso do Collor, não concordo com os métodos. Depois desse processo, naturalmente as pessoas que têm o mesmo discurso devem se reaguntar.



Suplicy

Bisol

Arraes

Covas

mudar a política econômica, sustar as privatizações sem critério que se fez porque, como ficou demonstrado na CPI, elas foram realizadas em meio a uma vasta corrupção no país.

A Classe - Mas as elites vão procurar se arranjar?

Arraes - A experiência tem mostrado que as elites procuram sempre uma negociação, uma conciliação. Para haver uma mudança real é preciso que haja luta.

A Classe - Na sua opinião o povo acompanha a CPI?

Suplicy - Essa foi a CPI mais importante da história do Brasil. O povo a seguiu como a uma novela que vai apaixonando, acompanhou muito bem. Só que seu enredo é como o de uma tragédia porque mostrou a corrupção de uma pessoa na qual se depositavam es-

BANCADA
COMUNISTA

Seminário sobre as Forças Armadas

No dia 19, quarta-feira, Haroldo Lima participou da mesa dirigente do seminário promovido pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, "As Forças Armadas e a Defesa Nacional".

O evento reuniu expressivas lideranças parlamentares, além de oficiais, almirantes e brigadeiros das três forças. O encerramento contou com as presenças dos ministros da Aeronáutica e da Marinha, Sócrates Monteiro e Mário Cesar Flores, respectivamente.

Por mais de uma vez, o Deputado Haroldo Lima destacou pontos relacionados à situação internacional que se está criando. "Com o término da chamada 'guerra fria', os EUA querem estabelecer uma hegemonia absoluta sobre o mundo, particularmente contrária aos países do terceiro mundo para quem pretendem impor um processo de neocolonialismo. Um dos aspectos importantes diz respeito à proposta norte-americana de extinguir os exércitos nacionais, transformando-os em gendarmarias" opinou Haroldo.

Reivindicações em lei

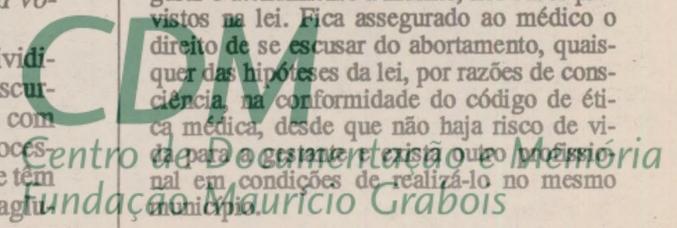
Um vereador de luta. Tem sido esta a marca do mandato do PCdoB, exercido pelo médico e sindicalista Renô Macaúbas, na Câmara Municipal de João Pessoa. Graças a sua atuação, Renô adquiriu o respeito e a confiança dos trabalhadores, estudantes, mulheres, cidadãos idosos e a população em geral, ao transformar em Lei, as suas reivindicações.

Foi assim com o Projeto de Lei que estabeleceu o Acesso gratuito nos transportes coletivos para os cidadãos com mais de 60 anos; o que garante a Meia-entrada para estudantes nos cinemas e casas de shows; o que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e os de caráter ecológico como: Proibição de instalação de usinas nucleares em João Pessoa; Penalizar quem causar danos ao meio ambiente, além de outros 48 Projetos de Lei.

Isso é um pequeno exemplo da competência de quem sabe legislar em favor do povo, demonstrando que Renô está credenciado a receber o apoio e o voto daqueles que não aceitam ser massa de manobra nas mãos dos políticos tradicionais e querem um mandato identificado com as lutas populares.

Interrupção da gravidez

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) vai dar parecer, na Comissão de Seguridade da Câmara, a todos os projetos em tramitação que dispõem sobre a interrupção da gravidez. O substitutivo, assinado pela parlamentar comunista, é fruto de discussões e elaboração do movimento de mulheres, que lutarão pela sua aprovação em substituição aos outros projetos sobre o mesmo assunto. O substitutivo prevê a livre interrupção da gravidez até a décima segunda semana de gestação. A partir dos três meses será permitida quando houver comprovação de que o nascituro apresenta anomalia física ou mental grave e incurável, garantida a informação e opção da gestante; se não houver outro meio de salvar a vida da gestante; se a gravidez resultar de estupro e caso se comprove a contaminação da gestante pelo vírus HIV. A rede pública deverá assegurar o atendimento à mulher, nos casos previstos na lei. Fica assegurado ao médico o direito de se escusar do abortamento, quaisquer das hipóteses da lei, por razões de consciência, na conformidade do código de ética médica, desde que não haja risco de vida para o feto ou a mãe. O substitutivo prevê também em condições de realizá-lo no mesmo município.



Operárias contra o desemprego

Realizou-se no dia 06 de agosto uma manifestação com mais de 6 mil operárias nas indústrias de beneficiamento de castanha de caju em frente ao Cais do Porto de Mucuripe em Fortaleza.

A manifestação teve como objetivo protestar contra o embarque de 4 mil toneladas de castanha de caju "in natura" (arrancada diretamente do pendúnculo), que seriam exportadas para a Índia. Atualmente, existe uma lei que proíbe a exportação de castanha de caju "in natura", só que o governo Collor liberou a exportação do produto, sob o discurso da modernidade. A castanha sendo exportada "in natura" não passará pelas indústrias no estado do Ceará para serem industrializadas, o que resultará em desemprego.

Com as bandeiras de "não ao desemprego", "não à exportação de castanha "in natura", e principalmente "Fora Collor" e "Impeachment já", o Sindicato da Castanha mobilizou as operárias (90% da categoria é constituída de mulheres).

O presidente do Sindicato, Carlos Rogério, responsabilizou diretamente o governo Collor e sua política econômica por essa ameaça de desemprego que paira sobre mais de 20 mil trabalhadores nas indústrias de castanha, e convocou os trabalhadores para estarem nas mobilizações contra o governo Collor.



Coneg dá unidade

Unidade para enfrentar os inimigos dos estudantes. Foi essa a tônica do Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), realizado nos dias 16 e 17 de agosto em São Paulo. Esse Coneg colocou fim à divisão que existia desde 1987, quando uma parcela do movimento secundarista, ligada ao MR-8, deixou de reconhecer a diretoria da UBES, após um congresso problemático.

O Conselho se realizou sob o impacto da passeata de 20 mil estudantes em São Paulo, promovida já de forma unitária e em conjunto com a UNE. "Nossa gestão se encerra cumprindo seu maior objetivo: o de restabelecer uma direção única para os secundaristas brasileiros. Sabemos que as divergências continuarão existindo, mas o rumo que a UBES seguirá será fruto do debate democrático de todas as opiniões", afirmou Leila Marcia, ex-presidente da UBES e coordenadora da União da Juventude Socialista. Segundo ela, a unificação restabelece a confiança de que a unidade é essencial para as conquistas dos estudantes.

Nas resoluções, os secundaristas definiram um programa para essa nova fase do movimento: tomar as ruas para pôr fim ao governo Collor e sua política, avançar nas conquistas educacionais e garantir a estruturação material da UBES.

A diretoria formada no Coneg para levar à frente essas resoluções e a realização dos congressos estaduais, culminando no Congresso Nacional no ano que vem, é comandada por dois coordenadores gerais: Mauro Panzera e Antonio Parente.

MOVIMENTOS

A violência de gênero é tortura?

FÁTIMA OLIVEIRA
Secretária Geral da UBM

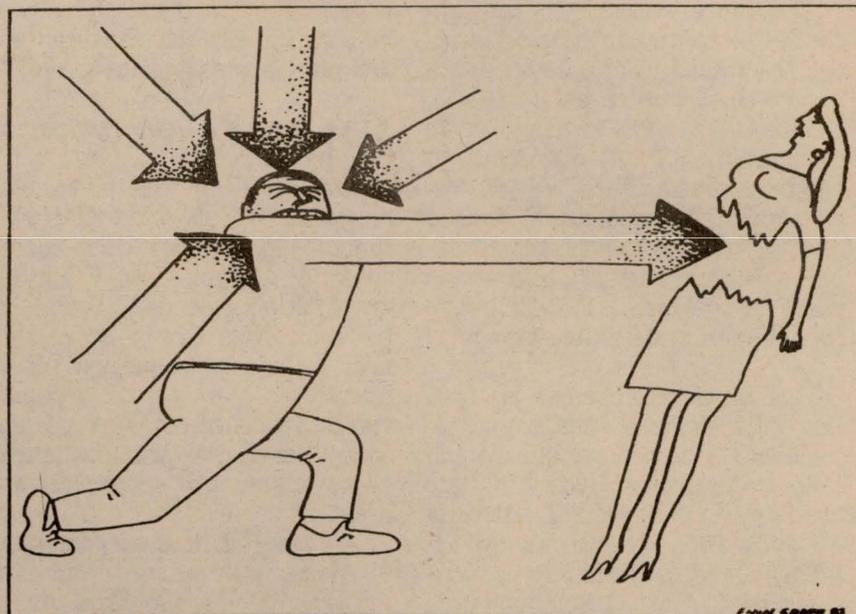
A impunidade e o tratamento discriminatório do sistema judiciário são as marcas mais visíveis da violência contra a mulher no Brasil. Esta é a principal conclusão do relatório "Injustiça Criminal X Violência contra a Mulher no Brasil". Trata-se de uma pesquisa do Projeto Direitos da Mulher e da Americas Watch (1) realizado entre abril de 91 e maio de 92, e apresentada dias 18 e 19 últimos no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela pesquisadora Dorothy Q. Thomas (2).

O relatório destaca que, segundo os registros nas Delegacias de Mulheres, em mais de 70% dos casos de violência denunciados, os agressores são os "maridos ou amantes" das vítimas. Em 40% destes casos ocorrem lesões corporais graves. A polícia só investiga entre 20 a 50% dos casos registrados, por razões que vão desde a falta de pessoal - o que aumenta a lentidão e o acúmulo de serviço - até a retirada da queixa pela mulher (fato bastante corriqueiro). Do total de casos investigados, 90% são arquivados nos fóruns. Estupros, espancamentos e lesões corporais graves quase nunca vão à julgamento. Não existem dados que permitam investigar a situação da mulher negra, visto que o quesito cor, quando é preenchido, geralmente não corresponde à raça. Não foi avaliado portanto, a violência nos relacionamentos amorosos inter-raciais.

Confirma-se o que o feminismo brasileiro vem denunciando há quase duas décadas: dos crimes cometidos contra as mulheres apenas o homicídio é levado em conta na prática. Mesmo assim, em geral não é punido ou recebe penas irrisórias.

A tristemente famosa "legítima defesa da honra" ainda é quase certeza de absolvição (80% dos casos) ou pelo menos assegura penas leves, muito embora seja um "fantasma" no direito brasileiro. A pesquisa ressalta que, mesmo não invocando a "defesa da honra", os tribunais brasileiros tratam até hoje os assassinos de mulheres de forma bem mais condescendente do que os acusados de outros homicídios. Para tanto usam uma exceção legal: "a violenta emoção causada pela provocação injusta da vítima", uma atenuante da tentativa ou do homicídio que vem garantindo a classificação destes tipos de crimes como "homicídio privilegiado", que em relação ao homicídio qualificado (pena de 12 a 30 anos) recebe uma pena em muito reduzida - 1 a 6 anos de prisão.

Os dados do relatório de Dorothy Q. Thomas colocam para as pessoas combatentes da violência contra a mulher que é preciso encontrar caminhos que rompam com as amarras culturais e materiais não apenas na manutenção da impunidade,



mas, sobretudo, é necessário bombardear do ponto de vista ideológico os mecanismos geradores da cultura que considera a mulher uma propriedade privada do homem, em particular nas relações afetivas e sexuais.

Doze anos após a criação do primeiro S.O.S Mulher em São Paulo, sete anos após a criação da primeira Delegacia de Mulheres e quatro do dever constitucional do estado "criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares" (Art. 226, § 8º), demonstra-se de forma irrefutável que "as ruas são mais seguras para as mulheres do que seus lares", e isso levando-se em conta apenas as mulheres que ousaram romper com o silêncio, o que em geral ocorre depois de uma via sacra de violências silenciadas e de desesperanças...

Legalmente, a violência de gênero ainda não é considerada tortura. Em nenhum país do mundo. Mas qualquer mulher sobrevivente de violência de gênero quer física, psicologicamente ou sexual, sempre descreve o que viveu como "um suplício e um tormento"... Aurélio Buarque de Holanda diz exatamente que *tortura* significa "suplício, tormento". Está no dicionário.

Tradicionalmente a violência enquadrada politicamente como tortura pressupõe uma relação de domínio e de controle, uma explicitação de poder.

O feminismo contemporâneo tem o mérito de ter resgatado e tornado visível a realidade de que as mulheres são tidas como subalternas na relação entre os sexos, e na sociedade são tratadas como inferiores, tanto cultural quanto socialmente. Estabelece-se assim uma relação de poder, com características feudais (senhor e vassala), até mesmo porque as sociedades atuais se caracterizam por algum grau de domínio masculino de teor patriarcal, sob as rédeas da cultura branca.

Em meio a esta condição de opressão em que vivemos a violência de gênero é uma expressão da nossa subalternidade em relação ao homem e da nossa inferioridade social. Na relação amorosa es-

ta violência se diferencia das outras violências no interior da família e da violência sexual não conjugal porque está embasada na tradição de que a coabitação confere ao homem o status de proprietário da mulher (para garantir pela monogamia unilateral oficial o direito de herança), além dos papéis padronizados diferenciados pelas mulheres e homens.

Os fatos e as estatísticas comprovam que realmente os homens têm alguma autoridade sobre as mulheres. Apesar desta verdade, é crescente o reconhecimento por parte da sociedade e a incorporação por parte de setores governamentais de reivindicações destinadas a trabalhar o impacto social caótico da violência doméstica que envolve a mulher. O que se revela pelo prestígio social das Delegacias de Mulheres e a criação de centros de atendimento e casas-abrigo para vítimas de violências, embora em número reduzido e aquém da magnitude do problema. Evidenciando omissão governamental total ou parcial, tanto na prevenção quanto no apoio às vítimas e na punição dos agressores e criminosos.

Permanecem atuais e indispensáveis a luta imediata por Delegacias de Mulheres bem equipadas e com prestígio no aparato da segurança; serviços de Atendimento Integral às Mulheres em situação de violência e com casas-abrigo, reforma do Código Civil e Penal que reflita os direitos conquistados pela mulher, treinamento específico para policiais, promotores, juízes e estudantes de direito com ênfase para uma compreensão do significado discriminatório e desumano da violência doméstica e sexual. Estas são também as recomendações do relatório da Americas Watch em consonância com a luta da mulher brasileira, às quais acrescentamos que é preciso agregar amplas campanhas governamentais periódicas que veiculem a imagem da mulher como cidadã e trabalhadora.

NOTAS

- (1) Americas Watch - Organização não governamental criada em 1981.
(2) Dorothy Q. Thomas é diretora do Projeto Direitos da Mulher.

PCdoB



LEANDRO SCHILLPAKE

Plenária em São Paulo discutiu campanha de Vital Nolasco

PCdoB dá a arrancada decisiva

ANA MARIA ROCHA

O PCdoB continua tomando iniciativas no sentido de mobilizar o coletivo partidário para enfrentar os desafios da reta final da campanha eleitoral. Afinal, restam apenas 32 dias para as eleições. Novas plenárias de militância são realizadas. Em Recife, mais de 200 pessoas, em Belo Horizonte mais de 100, no Rio de Janeiro 200, em Vitória mais de 70 pessoas, em Goiânia, mais de 100, com a presença de João Amazonas. Os membros do secretariado nacional do PCdoB deslocam-se para diversos pontos do país, visando participar dessas plenárias, debater a situação política e acompanhar os passos finais da campanha eleitoral.

Em todo esse processo de mobilização se destacam algumas questões. Primeiro, a compreensão de que estão em curso duas campanhas de envergadura: a do "Fora Collor" e a eleitoral. Quem conseguir vincular suas mensagens eleitorais com o movimento do "Fora Collor" conseguirá atingir o eleito e alcançar resultados mais favoráveis quando as urnas forem

abertas. À medida que cresce a mobilização de rua pelo fim do governo corrupto, aumenta também o ânimo da militância em entrar na atividade política, fazer a campanha eleitoral com novos argumentos para convencer o povo. O entusiasmo renasce junto com a consciência da força do povo na rua.

Em segundo lugar, à medida que aumenta a complexidade do quadro político, vai ficando mais evidente a necessidade do crescimento do partido e a visualização mais concreta de que isso pode ser efetivado no curso da campanha eleitoral (vide matéria abaixo). Em vários lugares os atos de lançamento das candidaturas são acompanhadas de filiação de novos militantes ao PCdoB. Na plenária realizada no Rio de Janeiro, por exemplo, foi anunciada a filiação do filósofo marxista Roland Corbisier, autor de 16 livros, entre eles "A História da Filosofia". Já está marcado para o dia 9 de setembro, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), às 19 horas, um ato de filiação de Corbisier e de Marcos Hallek Ribeiro, pós-graduado em História

na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A terceira questão enfatizada é a da necessária interiorização da campanha. À medida que vai se aproximando a data da eleição, é preciso evitar a tendência a concentrar esforços e recursos apenas nas capitais. É fundamental manter uma atividade planejada, de forma a garantir as metas previstas para eleger vereadores no interior, ampliando a influência do partido.

Outro aspecto que tem galvanizado a atenção do coletivo partidário, é o fato do PCdoB estar concorrendo à prefeitura de onze municípios. A candidatura de Socorro Gomes à prefeitura de Belém, numa ampla coligação de forças, tem animado o coletivo partidário em todo país, porque pode ampliar o espaço e projeção política do PCdoB. A eleição de Socorro em Belém, assim como a de Dênis em Mogi Guaçu-SP (vide matéria à pag. 9) e a disputa de Eloi Frizzo em Caxias do Sul, são experiências que podem trazer novos dividendos políticos para o PCdoB na sua meta de transformar-se em um partido de porte

Candidatura tem a marca operária em Pinda

O ato de lançamento da candidatura de João Bosco Beraldo, conhecido como Boscão da Villares, por trabalhar há dez anos como ajustador mecânico na empresa Villares de Pindamonhangaba - SP, contou com a participação de 200 trabalhadores. É a primeira vez que o PCdoB lança candidato a vereador em Pinda. É isso não é casual, reflete o crescimento do partido naquela cidade paulista. Vale destacar que a festa de lançamento da candidatura de Boscão no dia 7 de agosto último também assinalou o ato de filiação de 50 operários ao PCdoB.

Segundo o Presidente do PCdoB

em Pinda, Enéas Santos, que também é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, esses novos filiados vieram se somar a mais de 100 outros que ingressaram no PCdoB no mês anterior. E, não vão ficar por aí. Segundo Enéas, os militantes do partido em Pinda têm feito reuniões em bairros operários e pretendem trazer 100 novos operários para o PCdoB no próximo mês. A meta, segundo ele, é formalizar o diretório municipal o mais breve possível. A direção do PCdoB em Pinda é composta 80% de operários, na sua maioria metalúrgicos. Esse também é o perfil dos novos filiados.

Boscão da Villares é um candidato que expressa essa marca operária do PCdoB em Pindamonhangaba e sua campanha é feita com entusiasmo. Entre suas metas de campanha está a luta pela definição do valor fixo do IPTU a ser definido em conjunto com a comunidade, a ampliação da rede municipal de ensino, com a instalação de mais salas de aulas para o 1º e 2º graus noturno, fim do monopólio da empresa de transportes Passaro Marrom com a criação da empresa municipal de transportes coletivos, despoluição do rio Paraíba com controle rigoroso da poluição industrial dentre outras.

OLHO VIVO

Crítica grosseira de Jorge Amado

OLIVAL FREIRE JR.

Professor da UFBA e Membro do CC do PCdoB

Mesmo antes do lançamento, trechos do novo livro de Jorge Amado - Navegação de Cabotagem - foram divulgados. (*) O livro, de pretensão autobiográfica, expressa opiniões sobre o primeiro turno das eleições presidenciais, particularmente sobre Lula, então candidato da Frente Brasil Popular. O escritor critica nestes termos a campanha e o discurso de Lula: "sectarismo", "discurso classista, aponta exatamente para a ditadura do proletariado...", "fala em nome da classe operária e a ela se dirige, amanhã no poder será a ditadura em nome dos trabalhadores, em nome do socialismo". Mas a crítica à campanha volta-se contra aqueles que, segundo Amado, a dirigem e orientam: "...os ideólogos do PCdoB" para arrematar afirmando que o "discurso de Lula parece escrito em Tirana pela viúva de Enver Hoxha".

Sensibilidade embotada

Mas foi exatamente o discurso "classista", criticado por Amado, que despertou para a ação política eleitoral milhões de brasileiros, que acorreram aos atos da FBP atribuindo a esta candidatura mais de 11 milhões de votos, deixando para trás candidatos tradicionais. E o segundo turno entre Lula e Collor, embora vencido pelo segundo, tem consequências que se projetam para o futuro das lutas progressistas deste país. Quem participou desta campanha e viu o discurso "classista" sensibilizar o homem simples, o trabalhador, a dona de casa, não pode deixar de discordar do juízo de Amado.

Opiniões conservadoras embotaram a sensibilidade do artista Jorge Amado

Se, como diz o poeta Milton Nascimento, todo artista tem que ir aonde o povo está, então opiniões políticas conservadoras embotaram a sensibilidade do artista Jorge Amado.

Ataque injustificado

A crítica grosseira ao PCdoB parece ainda mais injustificada. Até porque os comunistas não tiveram na campanha de Lula o papel atribuído por Jorge Amado, embora tenham tido destacada participação na campanha e na própria constituição da FBP.

É fato que os comunistas brasileiros acumularam erros, e acertos, ao longo de sua trajetória, muitos dos quais compartilhados pelo próprio escritor em tempos passados. Mas sempre souberam identificar com acerto de que lado ficar nos grandes embates políticos. O mesmo não se pode dizer de Jorge Amado. Neste exato momento em que o povo levanta-se para afastar o governante mais corrupto e antipopular que este país já teve, todos nós presenciamos, pela TV, Amado confraternizando-se com Antonio Carlos Magalhães em festa, em praça pública, por ocasião de seu aniversário. Não precisamos realçar que ACM é hoje o verdadeiro mandante do Planalto e que busca por todos os meios perpetuar o governo de Collor de Mello. E não era uma festa apolítica, onde os baianos reuniam-se para homenagear seus artistas. Afinal, a ACM fez de tudo para promover festividade semelhante a propósito dos 50 anos de Caetano Veloso. E não obteve êxito. O artista sabe que ACM simboliza a nova ordem mundial. Da qual o poeta está fora.

(*) Folha de São Paulo de 9/8/92, p. 6-9

NEM COLLOR NEM MARCÍLIO

Abaixo miséria neoliberal

LUIS ANTONIO PAULINO

Enquanto o governo Collor, identificado pela opinião pública nacional como o governo mais corrupto que o Brasil já teve, perde todas as condições morais e políticas de continuar dirigindo o País, as elites reacionárias traçam sua estratégia, visando impedir que o eventual afastamento do Presidente possa significar a interrupção de seu projeto neoliberal de modernização conservadora com o qual o atual governo está totalmente identificado.

No centro desta estratégia está a tentativa de manutenção do ministro Marcílio à frente da economia do País. Homem de confiança dos banqueiros internacionais e do FMI, o Ministro não esconde sua condição de porta-voz dos interesses do capital estrangeiro em nosso País. Sua manutenção à frente da economia significaria a manutenção dos alicerces do que resta do atual governo e a possibilidade de manutenção do rumo atual da economia brasileira que se caracteriza por uma integração passiva e subserviente do País à nova divisão internacional do trabalho.

Com o objetivo de dar consequência a esse plano, os meios de comunicação procuram destacar as "qualidades" do Ministro como homem íntegro e ponderado, avesso às aventuras que marcaram a gestão econômica do País nos últimos anos, uma espécie de reserva moral do atual governo. O próprio Ministro, em suas articulações políticas visando permanecer no cargo, procura vender a imagem de que, hoje, a estabilidade da economia e das próprias instituições depende dele.

Nada mais falso. Além de cúmplice do Presidente, na medida que procura dar sustentação a um bando de corruptos que se apossou do governo federal, o ministro Marcílio é o principal responsável por uma política econômica que está levando literalmente ao desespero milhões de trabalhadores brasileiros.

A recessão tem sido a principal arma da atual equipe econômica, assim como da anterior, para combater a inflação.

Além de se mostrar totalmente ineficaz, na medida em que a inflação vem se mantendo acima dos 1000% ao ano, o custo social desta estratégia há muito ultrapassou o limite do suportável para os trabalhadores brasileiros.

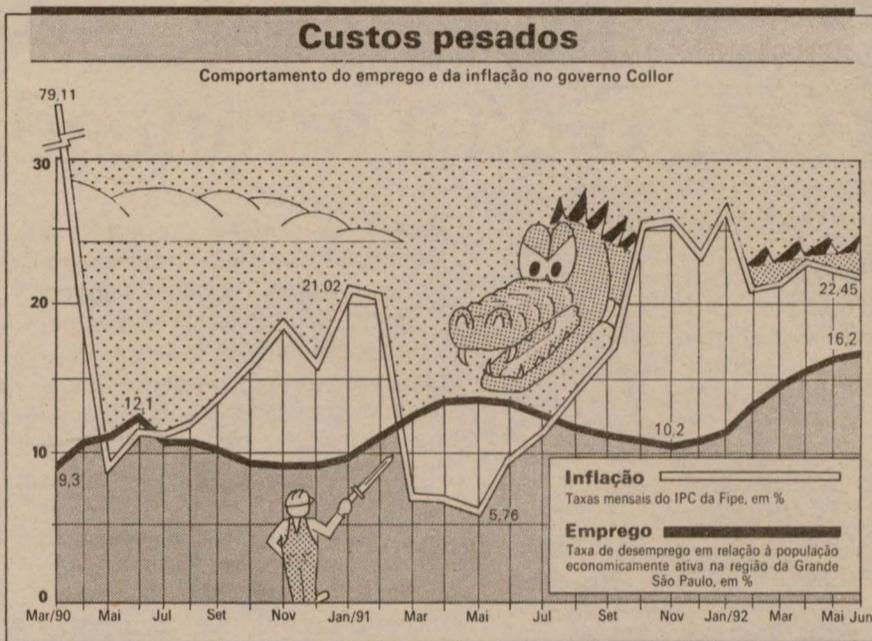
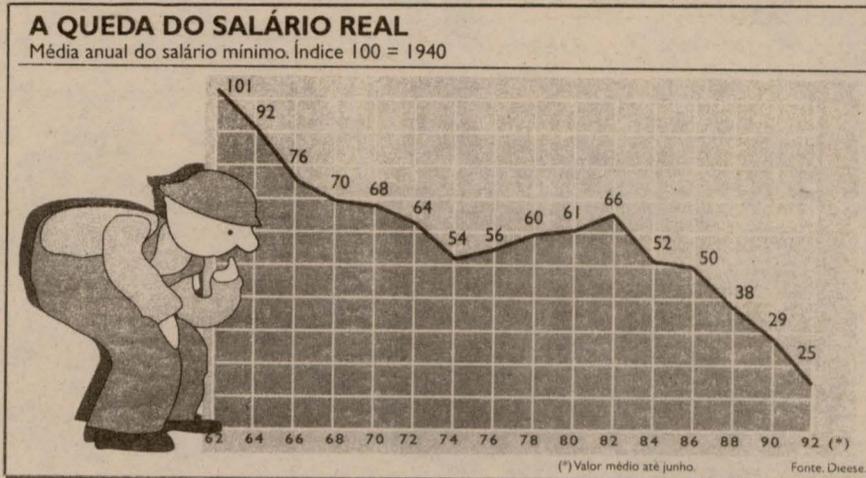
Desemprego recorde

O desemprego acumula taxas recordes a cada mês. Em julho, o número de desempregados, só na Grande São Paulo, atingiu 1,238 milhões de pessoas, o que equivale a 16,2% da população economicamente ativa. Desse total, segundo a pesquisa do DIEESE, um quarto são chefes de família. Nos últimos doze meses, foram eliminados na indústria 228 mil postos de trabalho, o que representa uma queda de 12,8% no nível de emprego. A participação da indústria no total de empregos, que em 1985 equivalia a 32,8% do total, hoje equivale apenas a 25,9%.

A capacidade ociosa das indústrias é superior a 30%. Segundo dados da FIESP, o uso da capacidade instalada em março de 1992 era de 69,5%. O indicador do Nível de Atividade (INA), calculado pela FIESP indica uma redução do nível da atividade industrial entre março de 1990 e dezembro de 1991 de 16%. No setor de bens de capital a capacidade ociosa aumentou de 30%, em média, no ano passado, para algo em torno de 40% a 50% nesse ano. Só no governo Collor esse setor cortou 32% de seu pessoal.

Os salários nunca estiveram tão baixos. Comparados com os rendimentos médios de 1985, o rendimento auferido pelos assalariados em junho último sofreu uma redução em seu valor real de 43,8%. O salário mínimo está na casa dos 42 dólares, um dos mais baixos do mundo, enquanto os preços estão em níveis próprios de um salário mínimo de mil dólares.

Segundo a Federação do Comércio de São Paulo, as vendas no varejo em abril de 1992, caíram em 10,2% em relação a abril de 1991. Do início do governo Collor até junho deste ano, as vendas no comércio em geral caíram 6,7%. Numa demonstração clara de que os mais



afetados pela crise são os trabalhadores, a queda no consumo de alimentos básicos é ainda mais acentuada. Entre a 1990 e 1991 o consumo de carne bovina diminuiu 25%, o de feijão, 20% e o de arroz, 15%. De 1991 para 1992 houve nova queda. No primeiro semestre de 1992, em relação ao primeiro semestre de 1991, o consumo de arroz diminuiu 10%, o de feijão 10%, o de açúcar 10% e o de óleo de soja, 5%. No mesmo período, as vendas de queijos, salames, bebidas quentes, iogurtes e enlatados caíram entre 30 e 40% e as vendas de carne caíram 30%.

Política de terra arrasada

Nem mesmo as empresas têm sido poupadas por essa política de terra arrasada adotada pela atual equipe econômica. As falências requeridas de empresas, de janeiro a julho deste ano, tiveram um acréscimo de 43% em comparação com igual período de 1991. O volume de falências decretadas aumentou em 66% no mesmo período. De acordo com uma pesquisa encomendada pela FIESP, de um total de 220 empresas analisadas, 151 (69%), tiveram em 1991, um prejuízo correspondente a 11,4% do seu patrimônio líquido. De acordo com o estudo, o fator que mais contribuiu para o desempenho negativo dessas empresas foram as elevadas taxas de juros. Estopim da política recessiva do governo, a média de juros reais (descontada a inflação) girou em torno de 18,6% ao ano em 1991, chegando ao limite de 41%. Segundo Walter Sacca, porta-voz do Conselho de Economia da Fiesp, a taxa real de juros pode chegar em 1992 ao surpreendente nível de 60% ao ano.

A política de juros altos adotada pela atual equipe econômica serve apenas para perpetuar a recessão e a inflação, aprofundar o fosso da desigualdade social e aumentar a pobreza. A atividade produtiva é desestimulada, seja pelo custo alto do dinheiro para financiar os investimentos e o capital de giro das empresas, seja porque estimula os investimentos especulativos, oferecendo taxas de retorno muito superiores ao investimento produtivo. A inflação não cai porque as empresas, mesmo com capacidade ociosa, mantêm suas margens de lucro sobre seus custos variáveis, repassando para os preços o custo do dinheiro. Caímos assim num círculo vicioso, onde a recessão se transforma em fator de alta de preços. Quem mais sofre com isso são os trabalhadores. Aumenta o desemprego, principalmente de mão de obra desqualificada, aumentando ainda mais a pobreza e os salários são corroídos pela alta inflação.